

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: "Amigos, amigos... negócios à parte"	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Ponte e juizado viram alvos no 12º dia de ataque no Ceará	2
Título: Sístole e diástole no STF.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: » Deslanchar é preciso.....	5
Título: União Europeia deve determinar limites à importação de aço brasileiro.....	5
VEÍCULO: Valor Econômico.....	7
Título: Investidores se armam para privatizações	7
Título: Petrobras deve reestruturar venda de ativos.....	12
Título: Destaque	14
Título: Criptoativo terá lastro em projetos de energia limpa	15
Título: UE deve restringir a compra de sete tipos de aço do	16

VEÍCULO: O Globo**Data: 14/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: "Amigos, amigos... negócios à parte"**

É dura a vida de Evo Morales, 59 anos, da etnia uru-aimará, presidente da Bolívia. Ele tenta se equilibrar entre o ideário esquerdista e os interesses econômicos do país, que o levou tanto à posse de Bolsonaro, no Brasil, como à de Maduro, na Venezuela. Além disso, o governo da Bolívia acaba de ajudar na captura de Cesar e Battisti. O Brasil é o principal importador de recursos da Bolívia, principalmente de gás. Só que o acordo de fornecimento do combustível, fundamental para a economia do país vizinho, após vinte anos, acaba em dezembro. Estes dias, Morales anunciou com alarde a descoberta do mega campo Boyuy X2, talvez para tentar neutralizar um estudo feito no governo Temer, pela Empresa de Planejamento Energético (EPE), que questiona a existência de reservas suficientes de gás na Bolívia para um novo contrato com o mesmo volume. Aliás, a redução da compra de gás boliviano também é defendida dentro da Petrobras, com base no aumento da produção interna. Aguarde novas emoções!

Segurança jurídica

Paulo Guedes elogiou a medida de Dias Toffoli de derrubar a decisão de Marco Aurélio Mello, que, na prática, comprometia a venda de ativos pela Petrobras: —É um passo enorme rumo à segurança jurídica.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 14/01/2019****Seção: Cotidiano****Autor: João Pedro Pitombo****Título: Ponte e juizado viram alvos no 12º dia de ataque no Ceará**

Crise no estado começou após decisão do governo contra facções criminosas

Salvador - Uma ponte e a sede de um juizado foram alvo de ataques com explosivos na madrugada deste domingo (13) no Ceará.

Explosivos foram detonados em uma ponte sobre o rio Choró, na BR-116, uma das principais rodovias federais que cortam o estado, na altura do município de Chorozinho (72 km de Fortaleza).

Não há informações sob os danos causados pelos explosivos, mas a ponte teve que ser escorada e interditada pela Polícia Rodoviária Federal.

Em Fortaleza, explosivos foram detonados em frente ao Juizado Especial Criminal de Fortaleza, no bairro Montese. A explosão do artefato danificou parte de uma das colunas de sustentação do prédio. Policiais chegaram a reagir ao ataque, mas os suspeitos fugiram em um carro.

Também na madrugada deste domingo foram incendiados carros particulares nas cidades de Umirim, no interior do estado, e em Fortaleza, no Bairro Siqueira.

Este é o 12º dia de ataques coordenados por facções criminosas no Ceará, iniciados no início do ano após a decisão do governo do estado de não separar mais os integrantes de facções nos presídios cearenses.

Neste sábado (12), os bandidos detonaram uma torre de transmissão de energia em Maracanaú, cidade da Grande Fortaleza.

No mesmo dia, uma operação da Polícia Civil do Ceará apreendeu cinco toneladas de explosivos em um depósito no bairro de Jangurussu, em Fortaleza.

Cinco pessoas foram presas e um adolescente foi apreendido na operação. Além dos explosivos, a polícia apreendeu drogas e munição.

Segundo a Polícia Civil, os explosivos apreendidos faziam parte de carga que havia sido roubada em dezembro do ano passado. O caso já vinha sendo investigado pela polícia.

Os explosivos apreendidos foram encaminhados para perícia. Um caminhão do Exército foi utilizado para transportar a carga.

A polícia suspeita que parte destes explosivos tenha sido utilizada em ataques realizados neste início de ano. Explosivos têm sido usados para danificar a estruturas de pontes, viadutos, prédios de delegacias

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 14/01/2019**Seção:** Opinião**Autor:** Vinícius Mota**Título:** Sístole e diástole no STF

O alcance e a forma da tutela do Judiciário sobre os organismos eleitos representam um grande foco de inconstância institucional no Brasil. No coração do sistema, o Supremo Tribunal Federal ensaia uma diástole após anos de aperto sobre Executivo e Legislativo.

A deferência é explícita no caso do italiano Cesare Battisti, com a súbita desistência do ministro Luiz Fux de barrar sua extradição tão logo se levantou um novo presidente eleito. Do coordenador da corte também partem rajadas dos novos ventos.

Dias Toffoli pôs-se a aparar arestas que significassem atritos precoces com o Planalto. Cogita-se que mude de ideia no julgamento previsto para abril e assegure a validade do cumprimento da pena de prisão para condenados em segunda instância.

Acaba de derrubar mais uma liminar do ministro Marco Aurélio, que impedia a Petrobras de vender patrimônio e operar com maior agilidade. Na mesma linha, num grau federativo abaixo, Toffoli cassou liminar da Justiça estadual que proibia o governo paulista de contratar professores temporários.

No mundo ideal, os atos administrativos e legislativos dos entes eleitos teriam uma certa sacralidade de origem e, por isso, só poderiam ser anulados pelos profissionais togados mediante um processo saturado de legitimidade. Significa priorizar os julgamentos de mérito sobre os provisórios e os coletivos sobre os individuais.

No Supremo, Toffoli parece seguir essa premissa ao convocar o plenário para resolver temas quentes dessa macroconflituosidade no primeiro semestre de 2019, ao mesmo tempo em que poda tentativas de voos solo de colegas.

Também na corte constitucional, da lavra dos ministros Alexandre de Moraes e Roberto Barroso, brota a proposta de transformar no mínimo boa parte das decisões provisórias em ato coletivo, por meio do chamado plenário virtual.

São iniciativas rumo a um equilíbrio institucional mais frutífero.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Camila Turtelli, Clarice Couto, Gustavo Porto

Título: » Deslanchar é preciso.

Coluna do Broadcast agro

O governo percebeu que a regulamentação da política nacional de biocombustíveis, o Renovabio, é mais complexa do que se imaginava. Técnicos

do **Ministério das Minas e energia** e da Agência Nacional do Petróleo (ANP) vão se reunir na quinta-feira (17) para discutir como destravar o processo. A ideia é finalizar o plano até 10 de fevereiro. Criado há um ano, o RenovaBio fomenta o uso de biocombustíveis no País para a redução de poluentes.

COLABORARAM LETICIA PAKULSKI e NAYARA FIGUEIREDO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/01/2019

Seção: Economia

Autor: Jamil Chade / GENEBRA Mônica Scaramuzzo

Título: União Europeia deve determinar limites à importação de aço brasileiro

Onda protecionista. Comissão Europeia votará nesta semana proposta de estabelecer cotas para 26 produtos do setor siderúrgico e Brasil sofrerá restrições em sete deles; medida é reação às barreiras criadas pelos EUA e à superoferta global da matéria-prima

As exportações de aço do Brasil deverão ser alvo de barreiras na Europa, aprofundando ainda mais a tensão nos mercados internacionais diante da superoferta global da matéria-prima e da guerra comercial entre China e EUA. No último dia 4 de janeiro, a Comissão Europeia notificou a Organização Mundial do Comércio (OMC) de que investigações iniciadas em março de 2018 revelaram que produtos importados no setor do aço estavam afetando de forma negativa o mercado do bloco e a concorrência.

A proposta da Comissão Europeia, que vai à votação esta semana, enfrenta resistência de setores que temem ver seus produtos finais encarecidos por conta da barreira comercial. Caso aprovada, as taxas entram em vigor até o dia 4 de fevereiro. Até lá, governos afetados poderão manter negociações com Bruxelas, o que deve ser o caso do Brasil. A investigação foi aberta depois que o governo de Donald Trump decidiu erguer barreiras ao aço mundial, criando distorções e inundando a Europa com a produção que teria o mercado americano como destino.

O bloco europeu alega que a importação de aço para a Europa "aumentou de forma significativa" e que a tendência é de que esse volume cresça ainda mais. O bloco informou, por meio de um comunicado, que 26 produtos do setor siderúrgico serão sobretaxados. Para cada país, uma cota será oferecida. Caso supere o volume supere as cotas, entrará em vigor uma tarifa extra de 25%.

A China, por exemplo, sofrerá restrições em 16 produtos diferentes, contra 17 da Turquia e 15 da Índia. No caso do Brasil, a notificação enviada pela União Europeia para a OMC cita sete produtos dos 26 possíveis. Mesmo assim,

diplomatas confirmaram ao Estado que a medida é "preocupante". "Essas decisões mais recentes da União Europeia ratificam o efeito dominó do excesso global de capacidade (em torno de 530 milhões de toneladas de aço) e da guerra comercial entre China e Estados Unidos", disse Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil (IABr). Com o fechamento de mercado de vários países, o Brasil acaba sendo afetado.

Impacto. O Brasil exporta cerca de 15 milhões de toneladas de aço por ano (US\$ 9,5 bilhões), dos quais 25% vão para a Europa. Em 2017, foram exportados para o bloco 3,9 milhões de toneladas. Uma parte desse volume é de produtos semiacabados, que não foram incluídos na lista de restrição. O impacto nas exportações brasileiras será nas vendas de laminados a frio (usado pelas indústrias automobilística, máquinas e equipamentos), chapas grossas (voltadas para indústria naval) e metálicas (embalagens) e outros tipos de aço.

A cota oferecida para laminados, por exemplo, começaria com 168 mil toneladas/ano e, em três anos, passaria para 176 mil toneladas. No setor de folhas metálicas, a cota é de cerca de 50 mil toneladas – a China ganhará uma cota de mais de 400 mil toneladas. Perfis de aço terão um teto de 22 mil

toneladas. "O maior volume exportado pelo Brasil à UE é de aço semiacabado (2,4 milhões de toneladas em 2017), que ficou de fora.

O País vai passar a disputar uma cota global de 1,2 milhão de toneladas para exportar chapa grossa, por exemplo", afirmou Lopes. Desde 2015, o setor siderúrgico passa por uma crise. "A indústria utiliza 69% da sua capacidade de produção, enquanto o ideal seria 80%. A imposição de mais barreiras afeta a indústria." Procurado, o Itamaraty não se pronunciou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Vanessa Adachi, Fernanda Pires e Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Investidores se armam para privatizações

Investidores estratégicos e financeiros, locais e estrangeiros, começaram o ano mobilizados em torno da agenda de privatizações de infraestrutura no país. É difícil não pensar que essa pode ser a repetição da mesma história ouvida no passado recente sobre um longo ciclo de investimentos na área para eliminar gargalos e que acabou frustrando expectativas. Mas os investidores querem crer que desta vez pode ser diferente. Agora, dizem, ao mesmo tempo em que o governo passado deixou pronta lista de projetos prontos para serem executados, a posse de Jair Bolsonaro trouxe novo impulso, já que o presidente e sua equipe têm prometido ampliar as privatizações de serviços como aeroportos, rodovias e ferrovias. As condições macroeconômicas também são mais favoráveis do que no passado e a Lava-Jato eliminou artificialismos que privilegiavam as construtoras nas licitações.

"Desde o segundo turno das eleições e principalmente nas primeiras semanas de governo, temos recebido muitas ligações de clientes interessados nos leilões de infraestrutura", diz Daniel O'Czerny, diretor de projetos e infraestrutura do Citi. Diante da procura, o banco planeja fazer em breve uma série de apresentações (roadshow) a clientes europeus para explicar os projetos a serem licitados.

O mesmo interesse é atestado pelo sócio para infraestrutura da consultoria Roland Berger, Gustavo Lopes. Segundo ele, os investidores estrangeiros começaram a se movimentar pouco antes das eleições, quando o cenário ficou claro.

"Estou bastante confiante de que estamos diante de um bom momento para os investimentos em infraestrutura no país", diz Otavio Castello Branco, sócio do Pátria Investimentos, gestora de recursos com grande especialização na área.

"Do ponto de vista macroeconômico, poucas vezes tivemos taxa de juro e inflação tão baixos e uma área cambial sólida. Além disso, o mercado de capitais está disposto a financiar os projetos", diz ele, mencionando a formação da equipe de governo como algo positivo. Recentemente, a Entrevias, concessionária de rodovias controlada pelo Pátria, financiou toda a necessidade de capital via debêntures de infraestrutura.

Castello Branco confirma o interesse da gestora em ativos de rodovias, linhas de transmissão de energia e de geração, todas áreas em que já possui investimentos. Comenta-se que o Pátria estaria em negociações com um parceiro estratégico para participar da próxima rodada de leilões de aeroportos, marcada para março, e um dos nomes citados é o da operadora alemã Avialliance. O executivo não fala sobre o assunto.

O Pátria tem hoje 14 empresas de infraestrutura em seus portfólios e uma equipe de 60 pessoas dedicadas à área. Atualmente, os investimentos são feitos pelo seu terceiro fundo de infraestrutura, que possui US\$ 1,7 bilhão captados principalmente com investidores estrangeiros e que já investiu em oito projetos. Segundo Castello Branco, por ora não há necessidade de captar um novo fundo.

A Vinci Partners é outra gestora de fundos local que já se dedica a infraestrutura e que agora vai ampliar sua aposta. "Vamos crescer nossa equipe conforme as oportunidades se concretizem. Já temos identificados possíveis times para atuar dentro das empresas", diz Alessandro Horta, sócio da Vinci.

Para ganhar agilidade para as diversas oportunidades que aparecerão, a gestora resolveu criar veículos específicos por projetos em vez de captar um fundo multissetorial. Um deles está sendo estruturado agora para participar da próxima rodada de aeroportos. A gestora estaria formando um consórcio com a francesa Aéroports de Paris, conhecida pela sigla ADP. Horta não confirma. No caso de leilões de transmissão, a gestora criou um veículo que obteve compromisso de investidores da ordem de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões com mandato para participar de diversas rodadas.

O sócio da Vinci diz que, além de aeroportos e linhas de transmissão, a gestora também tem interesse em geração de energia e empresas de saneamento.

"Esses são os segmentos em que colocamos um foco maior", diz ele, sem descartar que outros possam interessar, como o de rodovias.

O'Czerny, do Citi, calcula que sete a dez grupos, no mínimo, estão avaliando o leilão de doze aeroportos, divididos em três blocos. O banco assessoria um deles. "Será um mix de investidores financeiros e estratégicos." Hans Lin, chefe de banco de investimentos do Bank of America, avalia que será um jogo mais de operadores do que de investidores financeiros. "Na última rodada os operadores já levaram os lotes sozinhos e não precisaram de capital de terceiros", afirma

Outros nomes de operadores de aeroportos interessados no certame, além de ADP e Avialliance, seriam a suíça Zurich, que opera com a CCR o aeroporto de Confins (MG), a francesa Vinci, que opera Salvador, a alemã Fraport, que opera Fortaleza e Porto Alegre, a francesa Egis, acionista minoritária no grupo que administra Viracopos e a argentina Corporación América, que já está nos aeroportos de Natal e Brasília. A espanhola Aena, que ainda não está no Brasil, também é citada. A Changi, de Cingapura, que administra o aeroporto do Galeão, afirma que está avaliando sua participação na rodada. Entre grupos brasileiros, fala-se de CCR e Socicam, que já administra aeroportos regionais como o de Caldas Novas (GO).

O bloco mais atraente é o do Nordeste, cujo principal atrativo é o aeroporto do Recife (PE). O mais incerto é o do Centro-Oeste, que tem baixo volume de passageiros e exigirá alto investimento.

Para Bruno Aurélio, sócio de infraestrutura e regulatório do escritório Tauil & Chequer Advogados, a existência de vários aeroportos no mesmo bloco vai demandar dos interessados maior investimento para conhecimento de problemas de cada terminal. "Como há obrigatoriedade de pagar a outorga à vista, os ágios não devem ser tão relevantes", diz. A cereja do bolo nos aeroportos será a licitação dos blocos que incluem Santos Dumont, no Rio, e Congonhas, em São Paulo, que o governo Bolsonaro já sinalizou interesse em realizar, mas ainda não tem data. "Muitos operadores já vão tentar se posicionar no mercado local com ativos menores à espera desses dois aeroportos", opina O'Czerny.

O mês de março promete ser carregado, com outros dois leilões além do de aeroportos (ver arte ao lado). Juntos, os três certames devem resultar em investimentos de mais de R\$ 6 bilhões ao longo dos contratos. A temporada

começa com os aeroportos em 15 de março. Na sequência, no dia 22, serão licitados quatro terminais portuários de combustíveis (em 5 de abril serão outros seis terminais). Para fechar o mês, está marcado para o dia 28 o leilão de 1.537 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul.

Os terminais portuários irão a leilão num momento em que o país se torna cada vez mais dependente da importação de combustíveis. Diante disso, David Goldberg, sócio da consultoria TerraFirma, vê bastante interesse das distribuidoras de combustível. Avaliam os ativos nomes como Ultracargo, Raízen, Oiltanking, BR Distribuidora, Ageo e Cattalini, além de empresas argentinas e chinesas.

Já no caso da Ferrovia Norte-Sul, os interessados naturais são VLI Logística e Rumo Logística, pois o trecho que vai a leilão está no meio das malhas sob concessão das empresas. O tramo Norte da ferrovia desemboca na malha da VLI e o tramo Sul, na rede da Rumo.

Apesar de se tratar de investimento vultoso, ambos são grupos considerados com capacidade para captar recursos. A VLI tem entre os acionistas o fundo canadense que investe em infraestrutura Brookfield, além de Vale, Mitsui e FIGTS. Não se descarta no mercado que as duas possam se juntar para arrematar o ativo. A VLI tem uma vantagem competitiva, já que a ala Norte do trecho está pronta e, portanto, geraria sinergia instantânea com sua rede da empresa. Já a parte que falta terminar está na altura que deságua na malha da Rumo.

Goldberg, da TerraFirma, avalia que o investimento exigido na Norte-Sul está aquém do necessário e os volumes de carga geral estão, por sua vez, bastante superestimados. "Se os números traduzissem a realidade, a outorga mínima teria de cair algumas centenas de milhões. Resta ver se o interesse estratégico dos grupos em arrematar a ferrovia vai superar essas dificuldades", diz.

Banqueiros, advogados e consultores têm trabalhado também para grandes investidores institucionais interessados nos diversos ativos a serem licitados, com destaque para aeroportos, rodovias e energia. Entre eles, destacam-se os fundos de pensão canadenses e os soberanos da Ásia e do Oriente Médio. Para rodovias, especificamente, tem havido movimentação de construtoras chinesas.

Em termos de perspectivas futuras, Daniel O'Czerny, do Citi, avalia que, embora os projetos mapeados pelo governo e o momento sejam bons, não são suficientes para garantir um ciclo longo de investimento em infraestrutura. "O

programa deixado pelo governo Temer, o PPI, é bom, mas é curto. Ele vai até 2022, mas a maior parte dos projetos se esgota em 2019 e 2020", diz o executivo. "O desafio agora é o governo criar um 'pipeline' novo."

Em sua avaliação, o novo governo começou bem na área ao criar o Ministério de Infraestrutura. "Será importante para consolidar áreas que estavam espalhadas por autarquias e ministérios, o que tornava tudo mais lento. O ministério único pode virar uma fábrica de projetos", diz.

Otávio Castello Branco, do Pátria, concorda com a necessidade de se renovar a lista de projetos para alimentar futuros leilões, mas diz que já existe um bom caminho andado. "O pipeline de rodovias já é bem grande, em ferrovias já existem três a quatro grandes projetos identificados", exemplifica.

Ele, assim como outros participantes do setor, recebeu de forma positiva a indicação de Tarcísio Gomes de Freitas para a pasta de Infraestrutura. "Representou a continuidade de algo que estava dando certo", diz ele, referindo-se ao fato de Freitas ter sido o responsável por leilões e concessões no governo de Michel Temer.

Há também grande expectativa entre participantes do setor de infraestrutura com a perspectiva de que o governo de Jair Bolsonaro fortaleça as agências reguladoras, o que aumentaria a previsibilidade de regras para os investidores, reduzindo o risco dos projetos.

O sócio do Pátria diz que, se fosse para citar uma única medida que alavancaria ainda mais os investimentos estrangeiros na infraestrutura, seria o ingresso do país na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). "Muitos fundos de pensão estrangeiros deixam de investir no Brasil porque o país não é membro da OCDE."

Alessandro Horta, da Vinci Partners, avalia que uma das medidas mais importantes seria o governo criar um mecanismo para mitigar o risco cambial dos investidores estrangeiros, algo que o novo presidente já disse ter interesse em fazer. "Se isso acontecer, o céu será o limite para o ingresso de recursos estrangeiros", afirma o gestor.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Petrobras deve reestruturar venda de ativos**

Especialistas do setor de óleo e gás esperam poucas mudanças no plano de negócios e gestão da Petrobras 2019-2023, com previsão de investimentos de US\$ 84,1 bilhões, pela gestão do presidente Roberto Castello Branco. Na avaliação deles, as principais alterações devem ocorrer no programa de desinvestimentos, que prevê levantar US\$ 26,9 bilhões no período, a partir de uma reestruturação mais ousada do plano de venda de ativos, principalmente em refino.

O próprio Castello Branco já indicou que deve fazer apenas ajustes pontuais no plano de negócios, mas sinalizou que ativos que não fazem parte da competência principal da companhia - exploração e produção (E&P) - serão avaliados para possível venda. "Em princípio, ele [o plano] é muito bom. Depois vamos ter oportunidade de olhar com maior profundidade", disse o executivo, durante a cerimônia de sua posse no cargo, há duas semanas. "Tais ativos [campos terrestres e em águas rasas, ativos de logística e refino e abastecimento] devem ser objeto de análise para inclusão no programa de gestão de portfólio da companhia com vistas ao desinvestimento."

Para Alexandre Calmon, especialista em petróleo e gás natural e sócio do escritório Tauil & Chequer, a principal medida que a Petrobras deverá implementar a partir de agora é uma reestruturação do plano de venda de ativos, com destaque para o refino.

Dois fatores contribuem para isso. O primeiro foi a recomendação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para que a Petrobras venda a totalidade das quatro refinarias que integram hoje o seu plano de desinvestimentos (sendo duas no Nordeste e duas no Sul). O desenho inicial da Petrobras previa a venda de 60% de participação nessas unidades. O Cade recomendou ainda que a estatal venda uma refinaria no Sudeste.

O segundo fator é que, caso a Petrobras decida pela venda integral dessas refinarias, a operação de desinvestimento será simplificada e, em tese, livre de impedimento judicial. Na hipótese inicial, a Petrobras terá que criar uma

subsidiária responsável pelas participações nas refinarias que serão vendidas. Hoje, porém, há uma liminar em vigor do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski que impede a venda de estatais e subsidiárias sem a aprovação prévia do Legislativo. Mas, se a Petrobras vender a participação de 100% na refinaria, não haverá necessidade de criação de uma subsidiária e, com isso, não haverá efeito da liminar do STF.

Segundo o especialista, outra mensagem nessa linha foi a indicação de Anelise Lara para a diretoria de Refino e Gás Natural. Anelise respondia anteriormente pela gerência executiva de Aquisições e Desinvestimentos da companhia.

Paulo Valois, especialista em petróleo e gás do escritório Schmidt Valois, também vê espaço para a Petrobras aperfeiçoar a sistemática de desinvestimentos, para tornar mais rápido o processo de venda de ativos. "A Petrobras tem que ter um modelo mais célere de venda de ativos", afirmou, defendendo que o processo leve ao todo oito meses, desde o anúncio ao mercado até o fechamento da operação.

Segundo ele, por exemplo, o "rebid", ou seja, quando há uma segunda rodada de ofertas por potenciais compradores para determinado ativo, toma muito tempo e nem sempre traz o benefício esperado pela petroleira.

Com relação ao plano de negócios, Calmon, do Tauil & Chequer, destacou como fator positivo o aumento de investimentos em exploração, o que trará efeito de longo prazo para a indústria petrolífera. "Antes, a Petrobras priorizou o 'P' [de produção, na sigla E&P]. Agora, ela volta a ter investimentos em exploração", afirmou o especialista.

Dos US\$ 84,1 bilhões de investimentos previstos no plano de negócios, US\$ 68,8 bilhões serão para E&P. Desses, 16% (US\$ 11 bilhões) estão previstos especificamente para exploração. O valor é 66% superior ao destinado para exploração no plano anterior (2018-2022), de US\$ 6,6 bilhões.

De forma geral, Valois também elogiou o plano. "Ele é mais realista do que os anteriores. Espero que a Petrobras se desalavanque mais rapidamente". A nova meta de endividamento da estatal é de 1,5 vez a dívida líquida sobre o Ebitda em 2020, ante a meta de 2,5 vezes em 2018, contida no plano anterior.

Para Ludmilla Corkey, advogada especialista em Energia do escritório SV Law, as frentes de atuação definidas no plano da Petrobras levarão à melhoria financeira da companhia e ao desenvolvimento do setor. "Ao que aparenta, o

plano busca crescimento e um crescimento que busca olhar para as novas demandas globais, esperamos, assim, que não sofra muitas alterações pela nova gestão", disse ela.

Na mesma linha, Bruno Gandolfo, especialista em Petróleo e Gás do Stocche Forbes Advogados, enxerga continuidade no plano de negócios, mas destaca um olhar da companhia para as fontes renováveis. "O plano apresenta uma

tendência já seguida por outras petroleiras internacionais para investimento, ainda que tímido, em fontes renováveis de geração de energia, como por exemplo a eólica, tanto onshore [terrestre] quanto offshore [marítima], e fotovoltaica, com o intuito, majoritariamente, de cumprir com a agenda estabelecida pelo Acordo de Paris, do qual o Brasil é signatário", disse.

A Petrobras prevê US\$ 400 milhões para energia eólica, solar e de biocombustíveis até 2023.

Na cadeia fornecedora, a expectativa também é positiva. "As notícias são boas, porque a quantidade de investimentos que serão feitos é muito grande. O plano é bastante satisfatório, ainda mais se você imaginar que estamos saindo de uma crise dos últimos quatro, cinco anos, em que as vendas de bens de capital para este setor caíram muito. Seria uma retomada", afirmou José Velloso, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

Alta do minério de ferro

O minério de ferro negociado no mercado à vista do porto chinês de Qingdao subiu 0,12%, na sexta-feira, para US\$ 73,45 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com teor de ferro de 62%. No ano, a commodity acumula valorização de 1%. Em 2018, a alta foi de 0,17%. No mercado futuro, o contrato para maio do minério subiu 0,2%, em Dalian, para 509 yuans a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/01/2019****Seção: Finanças****Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo****Título: Criptoativo terá lastro em projetos de energia limpa**

Recém-criada por brasileiros na Suíça, a empresa Ampere prepara a emissão de US\$ 600 milhões em criptoativos lastreados em projetos de energia limpa. A companhia quer seguir o caminho da Dynasty, outra empresa de brasileiros que lançou criptoativos com lastro em imóveis e que é uma das sócias da Ampere - e que já engatilha uma terceira companhia com emissão lastreada em projetos portuários.

A seleção de projetos da Ampere já começou a ser feita no Brasil, para plantas que tenham geração a partir de 30 megawatts. "Buscamos projetos que já estejam com estudos ambientais feitos e aprovados, a parte de engenharia detalhada e terreno desembaraçado. Aproximadamente 30% do valor da planta já tem que ter sido investido", explica o sócio Fábio Vampel. Ele fez carreira na gestão de projetos, boa parte dela na Suzano Petroquímica.

A empresa quer ter, nesse volume de investimento, cerca de 10 projetos em carteira. "Em média, a necessidade de investimento é de R\$ 5 milhões por megawatts. Buscamos plantas de tamanhos diferenciados", diz Eduardo Carvalho, sócio fundador da Dynasty e sócio indireto da Ampere. Eles também avaliam projetos eólicos na Índia.

Os investidores no alvo são principalmente family offices e private bankings europeus, arbitrando taxa de juros - a lógica é captar com taxas atrativas no exterior mas menos competitivas no Brasil, e financiar com preço também mais atrativo do que bancos locais. "Uma remuneração da ordem de 5% é muito mais atrativa para o investidor europeu do que para o brasileiro", exemplifica Carvalho. "Por outro lado, uma taxa em torno desse valor para o tomador de crédito, é muito atrativa no Brasil."

Os executivos apontam que o caminho tradicional para as empresas do setor é buscar um financiamento do BNDES e, se não conseguirem, partir para o crédito bancário privado. No criptoativo internacional, como a captação é feita em mercados com juros mais baixos, o financiamento também pode ser feito localmente a taxas mais atrativas, argumentam os executivos.

Para tranquilizar os investidores à distância, a Ampere firmou contrato com uma empresa de tecnologia que vai permitir o monitoramento em tempo real do andamento de obras das plantas de energia. "O capital é entregue à medida do avanço da obra, como é feito pelos bancos. Mas o investidor também conseguirá acompanhar isso por um sistema que mostra o volume de terra removida e entrada e saída de caminhões, por exemplo", diz Vampel.

Na prática, o criptoativo é uma cota da empresa que faz o financiamento do projeto e detém recebíveis dos contratos. "As emissões com lastro são um evolução desse mercado, o investidor quer garantias", diz Carvalho.

Na Dynasty, o token tem lógica semelhante a uma cota de fundo imobiliário. "Usamos a mesma tecnologia de uma criptomoeda, que é o blockchain, mas com emissão pública cujos recursos são usados para comprar imóveis", diz Carvalho, que foi sócio da imobiliária Lopes. São imóveis comerciais, que geram renda de aluguel. A ambição da Dynasty também é levantar US\$ 600 milhões em quatro tranches ao longo de três anos. A operação começou no ano passado, com R\$ 75 milhões de dois investidores âncora.

A Dynasty também terá participação em outra companhia em fase de desenvolvimento, que pretende financiar projetos da área portuária. "Também buscaremos um portfólio global, mas ainda é cedo para falar da empresa, que ainda não está registrada", diz o fundador.

Outro grupo brasileiro que atua em energia, o Alexandria, também vai emitir tokens lastreados e em mercado regulado - o criptoativo Lex terá como garantia contratos de construção de usinas de energia. "Temos uma projeção de lucro que vai estabelecer o valor de recompra do token. Assim o investidor vai ter mais garantias: além do lastro e da emissão regulada, terá a recompra a um preço definido", diz Alexandre Brandão, presidente da empresa. A emissora Lex Tokens está sob regulação da americana Securities Exchange Commission.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Assis Moreira |

Título: UE deve restringir a compra de sete tipos de aço do

A União Europeia (UE) deverá impor limites à entrada de sete produtos siderúrgicos exportados pelo Brasil para seus países-membros a partir de 2 de

fevereiro, por meio de uma salvaguarda para proteger produtores locais e ilustrando a guerra de mercado nesse segmento.

Bruxelas já notificou à Organização Mundial do Comércio (OMC) seu esquema para restringir as importações de 28 produtos siderúrgicos pelo período de três anos, atingindo principalmente a China. O mercado europeu foi o destino de 18,1% das exportações brasileiras de aço em 2017.

A medida europeia precisa ser aprovada formalmente pelos países-membros. A votação ocorrerá na quarta-feira, 16.

Alguns setores divergem da medida. Construtores de automóveis qualificam o plano europeu de protecionista e reclamam que vão ter prejuízos, porque o aço poderá custar mais. Já a Eurofer, que representa a siderurgia europeia, incluindo ArcelorMittal e ThyssenKrupp, defende a decisão.

Os principais exportadores para a UE, e os mais atingidos, serão China, Índia, Rússia, Coreia do Sul, Turquia e Ucrânia.

Por sua vez, o Brasil é atingido em sete dos 28 produtos que terão suas importações limitadas: laminados planos a quente, laminados planos a frio, folhas metálicas, chapas grossas, laminados planos de aço inoxidável, perfis e outros tubos sem costura.

A UE estabeleceu cota específica para três produtos brasileiros, utilizando a média de importação de 2015-2017 e dando aumento de 5% a cada ano no volume importado. O que passar da cota sofre taxa de 25%.

A primeira cota é para laminados planos a frio. A cota para o Brasil foi fixada em 168,2 mil toneladas a partir de julho. Depois o volume aumenta para 176,6 mil toneladas.

A segunda é para folhas metálicas. O Brasil poderá exportar 50,7 mil toneladas dentro da cota a partir de julho, por um ano, passando depois para 53,2 mil toneladas.

A terceira está ligada a perfis de aço, com volume de 22 mil toneladas, crescendo depois para 23,1 mil toneladas.

A limitação da exportação de laminados planos a quente, um dos principais produtos, na prática não muda nada para o Brasil. É que esse tipo de aço já está

submetido a taxa antidumping, o que inviabiliza suas vendas no mercado europeu.

Com relação à chapa grossa, de grande interesse brasileiro, o Brasil vai disputar dentro de uma cota-mundo de 1,2 milhão de toneladas. Como os principais exportadores, como Rússia e Ucrânia, terão cotas específicas, a expectativa é de que não será tão difícil ao Brasil abocanhar fatias desse segmento.

Já no caso de laminados a quente de aço inoxidável o volume de importação fixado pela UE é considerado largamente insuficiente. A indústria siderúrgica brasileira pediu para o Itamaraty lutar a fim de obter dos europeus uma cota específica.

No geral, a situação do Brasil é menos desconfortável que a de vários outros países, até porque boa parte de suas exportações siderúrgicas para a Europa é de aço semiacabado, que está excluído do plano de restrições.

"Mas essa situação sempre é ruim, pois restringe o potencial exportador de nossas empresas", diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil. "Toda limitação é ruim e ratifica a turbulência enorme que o mercado global de aço vem vivendo e que leva a práticas predatórias", afirma.

O executivo destaca o excesso global de capacidade de 530 milhões de toneladas, que representa dez vezes a capacidade da siderurgia brasileira. Mais de 50% desse excesso está na China. Depois, diz, veio a sobretaxa de 25% imposta por Donald Trump para fechar o mercado americano, alegando razões de segurança nacional.

Em seguida veio o mundo inteiro tentando proteger os produtores domésticos com medidas de defesa comercial, para evitar serem inundados pelo aço que não pode ser vendido aos EUA. "A única região que está aberta é a América Latina. O Brasil não tem nenhuma medida de restrição", diz Marco Polo.

Ele afirma que o grande receio da siderurgia brasileira é que o excesso de aço no mundo vai procurar mercado que está aberto. E fala já em inundação do produto chinês no Brasil. "A China representava 1,3% de nossas importações de aço em 2000. Em 2018, aumentou para 38%", afirma.

"O mundo siderúrgico continua vivendo uma efervescência, a guerra de mercado existe", acrescenta. Nesse cenário, a siderurgia brasileira mostra inquietação com discursos de abertura comercial que já vinha do governo Temer e continua com Bolsonaro.

"Nosso setor tem defendido que, para abrir mais a economia, o governo tem de fazer o dever de casa e corrigir assimetrias competitivas. O Brasil tem a energia mais cara do mundo, juro ainda elevado, custos enormes. A discussão, no momento, deve ser muito mais sobre a competitividade sistêmica".

MME / ASCOM .